

Ensino médio é meta de FHC

07 AGO 1998

Prioridade na educação, em caso de reeleição, foi adiantada pelo ministro Paulo Renato

Deise Leobet e Ruy Fabiano
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso já estabeleceu sua prioridade em educação para um eventual segundo governo: o ensino médio e profissionalizante. Já dispõe, inclusive, da promessa de empréstimo de US\$ 1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a expansão do setor. O governo federal ficaria com US\$ 500 milhões e os estados receberiam o restante do crédito. A informação é do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, preocupado com a pressão que a expansão do ensino fundamental nos últimos quatro anos exerceu sobre o ensino médio.

Embora frisando que o governo excedeu as metas proposta pelo "Mãos à Obra" (os compromissos da campanha anterior) para a educação, o ministro reconhece que em relação às universidades federais, sobretudo na questão da autonomia, as estimativas não foram atingidas. "Ficamos aquém no que diz respeito a uma total autonomia das universidades", disse.

Com relação à pressão exercida pelo ensino fundamental, o ministro citou um dado: "A meta prevista para o ano 2003 pelo Plano Decenal para a Educação foi atingida já em 1997". Essa meta era colocar 95% das crianças na escola. Para dimensionar essa cifra, Paulo Renato lembrou que o último levantamento censitário divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com indicadores de 1994, aponta uma taxa de escolarização média de 96,4% na faixa etária de 5 a 14 anos nos países ricos.

Apesar do crescimento na escolarização, o ministro admite que o Brasil ainda está muito aquém de outros países da América Latina, como Argentina e Uruguai, onde as taxas de analfabetismo estão próximas de zero. Na avaliação dele, isso acontece em função de uma herança

brasileira negativa na área educacional. Ao contrário da Argentina, que deflagrou melhorias no ensino antes da década de 30, no Brasil, as mudanças começaram somente nos últimos anos. Ele afirma que esse atraso gerou um descompasso "muito grande" que somente poderá ser corrigido a longo prazo.

Outro problema causado pela demora em se instituir uma política educacional foi a geração de uma população "subalfabetizada" ou analfabeta, que ficou concentrada principalmente nas regiões mais pobres do País. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1995 apontam que cerca de 80% dos 16 milhões de analfabetos estão na região Nordeste. Isso demonstra, na opinião do ministro, que o analfabetismo no Brasil é muito mais um problema de ordem demográfica.

Ele lembra que, enquanto a taxa média nacional de analfabetismo é de 15%, na faixa etária de 15 a 19 anos, nos estados do Centro-Sul esse índice despensa para cerca de 2%. "É um passivo muito grande, cuja liquidação não é fácil", afirmou Paulo Renato. "Se não fizessemos nada, teríamos uma redução natural da taxa de analfabetismo, mas estamos fazendo e esse processo será acelerado".

Para ele, as rápidas transformações do mundo contemporâneo, cada vez mais globalizado e adepto de novas tecnologias, vêm exigindo mudanças no ensino tradicional. Segundo ele, muito mais do que investir em cursos de treinamento, a educação deve estar voltada para a formação de um cidadão pleno. "O que a indústria hoje mais quer é um trabalhador educado e não tanto um trabalhador treinado", disse. A propos-

Os números da matrícula no Brasil

Nível de ensino	Em mil		Crescimento (%)
	1994	1998*	
Ensino fundamental	32.000,0	35.900,0	12,2
1ª a 4ª série	19.600,0	21.600,0	10,2
5ª a 8ª série	12.400,0	14.300,0	15,3
Ensino médio	5.073,0	6.753,0	33,1
Ensino superior	1.661,0	2.085,0	25,5
Pós-graduação	58,5	68,5	17,1
Total geral	38.792,5	44.806,5	15,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC. * Dados estimados

ta do MEC é fazer com que o ensino médio deixe de ser um nível intermediário entre o ensino fundamental e o universitário, mas uma etapa final da educação básica geral.

As novas diretrizes para o 2.º grau, extinguem o modelo curricular rígido e prevêem um currículo nacional correspondente a 75% da duração mínima dos cursos secundários. A carga horária restante fica livre para ser preenchida com disciplinas definidas pelas próprias escolas. Já na reforma do ensino técnico profissionalizante foram criados três níveis de educação profissional: o básico (que não depende da escolaridade anterior), o técnico

(após a conclusão do ensino médio regular) e o tecnológico (cursos superiores de curta duração).

Quanto aos trabalhadores subescolarizados, o MEC vem desenvolvendo ações em conjunto com o setor privado e o Ministério do Trabalho. De acordo com Paulo Renato, as próprias empresas estão investindo na educação dos seus funcionários. Nesse processo, o ministério

contribui com a distribuição de kits de material didático e o Ministério do Trabalho financia parte dos programas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Para a universidade pública, o ministro afirma que os esforços serão concentrados na implantação da autonomia, que visa acabar com a rigidez e a ineficiência das instituições públicas de ensino superior. Estimativas do MEC apontam que, até o final do ano, 2,1 milhões de alunos estarão matriculados em cursos de ensino superior. Destes, apenas 400 mil nas universidades federais. Os demais, quase 1,6 milhões, estão na universidade privada. Outro problema apontado por Paulo Renato é o mau aproveitamento dos recursos humanos. Ele lembra que existe um professor para cada grupo de 8,25 alunos nas universidades federais, ao passo que nos países desenvolvidos essa proporção é de, no mínimo, um para cada 16 estudantes. No atual sistema, os conselhos universitários ficam à margem do processo de definição de políticas para as instituições. O MEC, inclusive, paga todas as despesas das universidades. Com a implantação da autonomia, as universidades passarão a ter poder para definir e gerenciar seus próprios orçamentos.



Paulo Renato Souza

